

V 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS  
ST 18 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E FRONTEIRAS:  
POLÍTICAS, SOCIABILIDADES, TERRITÓRIOS E  
RECONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS

**Produção cultural e ativismo político na fronteira entre  
Brasil e Uruguai**

## Felipe José Comunello

### Resumo:

A fronteira entre Brasil e o Uruguai tem sido alvo de iniciativas de desenvolvimento e cooperação internacional envolvendo os governos de ambos os países nos níveis nacional e local e também diversos atores sociais. Em particular, a partir da mobilização de ativistas políticos da cultura, em 2009 a cidade de Santana do Livramento, localizada junto ao limite entre Brasil e Uruguai, foi declarada cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul e foi criado o Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguai. Nesse mesmo período, com a autorização da abertura dos chamados *free shop* pelo governo uruguaio em 2010, os fluxos comerciais nessa fronteira tiveram novas dinâmicas. Frente ao crescimento de importância do chamado turismo de compras, ativistas e produtores culturais protagonizaram mobilizações políticas que visam valorizar a diversidade cultural da fronteira. Desde o segundo semestre de 2014 realizo etnografia com eles, participando nessas mobilizações e estabelecendo relações com seus participantes. O objetivo neste trabalho é apresentar essa etnografia através de uma descrição que enfoca o papel da imaginação moral da “fronteira” como um espaço comum.

### Introdução

A fronteira entre Brasil e o Uruguai tem sido alvo de iniciativas de desenvolvimento e cooperação internacional, com destaque para a Agenda Binacional de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, aprovada por Brasil e Uruguai em 2002<sup>1</sup>. Essa Agenda foi seguida por outras iniciativas que, além de governos de ambos os países nos níveis nacional e local, também foram protagonizadas por diversos atores sociais. Este artigo se volta para a mobilização de ativistas políticos da cultura nessas iniciativas<sup>2</sup>. Tais ativistas

---

<sup>1</sup> Essa Agenda pôs em prática o Acordo de Permissão de Residência, Estudo e Trabalho para Fronteiriços; o Comitê Binacional de Intendentes e Prefeitos de Fronteira em 2004; A Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva, em 2010.

<sup>2</sup> Resultado de pesquisa realizada enquanto bolsista de pós-doutorado DOCFIX/FAPERGS/CAPES junto ao projeto “Cooperação e desenvolvimento na área de fronteira entre Brasil e Uruguai”, entre maio de 2014 e março de 2016. Projeto inserido no Núcleo de Estudos sobre Relações e Organizações Internacionais (NEROI), coordenado pela Profa. Dra. Maria Izabel Mallmann e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. A pesquisa também estava relacionada com o projeto de pesquisa “Impacto da Agenda Binacional de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço sobre as relações fronteiriças entre Brasil e Uruguai”, firmado entre a PUCRS e a *Universidad de La República* (UDELAR) do Uruguai. Agradeço a todas as pessoas e instituições envolvidas, especialmente a Maria Izabel Mallmann e

protagonizaram mobilizações que estiveram associadas a incorporação de noções tais como “integração cultural”, “fronteiras culturais” ou “cultura de fronteira” em acordos e eventos binacionais.

A título ilustrativo, esses ativistas podem ser divididos em dois grupos. O primeiro conformado por aqueles que se autodenominavam militantes da cultura de fronteira e atuavam no governo federal no segundo governo Lula (2007-2010) ou no governo estadual de Tarso Genro (2011-2014)<sup>3</sup>. E, o segundo por distintos agentes culturais que vivem ou atuam na região fronteiriça, dentre os quais se encontram músicos, poetas, realizadores de cinema, documentaristas, produtores, militantes da cultura, entre outros. Quer dizer, um conformado por quem se auto identifica principalmente desde sua atuação política, “ativista”, e o outro pela sua atuação no âmbito estético, o “artista”. No entanto, ambos grupos se tornam inseparáveis quando se observa uma tendência de simultaneidade entre o ativismo cultural e a afirmação profissional dos agentes. De acordo com Irisarri (2015), durante os últimos quinze anos as concepções de cultura têm sido multiplicadas e modificadas na produção cultural no Brasil, passando também a incluir o emprego, o engajamento político, a criação de modos de vida e de carreiras.

Na fronteira entre Brasil e Uruguai, esse fenômeno – a conformação de grupos ou movimentos culturais que combinam práticas políticas com culturais – também é perceptível. Destaca-se a organização de um calendário anual que incluiu uma variedade de eventos, o Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguai (2014) e, um ato público com a participação dos Ministros da Cultura do Brasil e do Uruguai na cidade de Jaguarão/BR, o “Diálogo de Fronteira” (2015). No primeiro caso, os eventos eram celebrações e festivais de expressões culturais locais; no segundo os ministros ouviram várias declarações de líderes políticos locais de movimentos negros, produtores culturais, artistas, entre outros.

---

a PUCRS pelo estímulo e o “ambiente” acadêmicos proporcionados à pesquisa. E, claro, outro agradecimento especial à parceria FAPERGS/CAPES, sem a qual nada seria possível. Agradeço também de modo especial aos interlocutores dessa pesquisa.

<sup>3</sup> O segundo governo Lula é um marco importante pois, em 2009 ocorreu a declaração de Santana do Livramento cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul. Nesse mesmo ano ocorreu a aprovação de normas para Pontos de Cultura pelo Parlamento do Mercosul. Em 2010 o presidente Luís Inácio “Lula” da Silva se encontrou com presidente uruguaio José “Pepe” Mujica na fronteira Rivera-Santana do Livramento.

O ativismo político dos organizadores do Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai e do "Diálogo de Fronteira" buscava, no primeiro caso, a participação de artistas e trabalhadores de ambos os países em um calendário de eventos comuns e, no segundo, um plano de cultura para as fronteiras e editais específicos do Ministério da Cultura do Brasil.

Estes ativistas mobilizam valores culturais enraizados e acabam inventando um sentido particular para o seu compromisso profissional, prefigurando assim a área de fronteira como um espaço cultural comum. Segundo Heyman e Symons (2012), embora o simbolismo da fronteira seja mais proeminente à distância, ele também existe nas regiões de fronteira. O objetivo deste artigo é analisar como a “fronteira” entre Brasil e Uruguai é moralmente imaginada como um espaço comum por esses ativistas. Pretende-se analisar a atuação política e profissional de ativistas culturais que atuam na fronteira entre Brasil e Uruguai, buscando compreender como se constituem. Neste contexto, a etnografia tem um papel fundamental no esclarecimento das ambiguidades e complexidades que se desdobram de suas iniciativas, especialmente no que tange à sua relação com o turismo de compras e os *free shop*.

### **Quê fronteira?**

Entre ativistas e produtores culturais que atuam na fronteira do Brasil com o Uruguai, com frequência fronteira é sinônimo de Faixa de Fronteira do lado brasileiro (150km de largura paralelos a linha terrestre divisória do território nacional, considerada Área de Segurança Nacional pela Lei Nº 6.634, de 2 de maio de 1979), sobretudo quando se faz necessária uma referência institucionalizada para eventos culturais ou políticas governamentais. Também é comum a fronteira ser considerada como equivalente as chamadas cidades gêmeas (Santana do Livramento/Rivera, Quaraí/Artigas, entre outras). Cidades como Pelotas, que está no limite da Faixa de Fronteira, ou Porto Alegre, que se encontra distante da referida Faixa, eventualmente também são consideradas fronteira a convivência com uruguaios e a história. Nessa perspectiva, a fronteira pode ser evocada para explicar características dos habitantes do estado do Rio

Grande do Sul que, pela proximidade linguística ou geográfica com o Uruguai, no limite seria um estado “de fronteira”.

Essa multiplicidade de conceitos sobre a fronteira brasileira com o Uruguai remete ao histórico de confrontos entre atores sociais na ocupação deste território. Uma tal multiplicidade de conceitos também é encontrada nas ciências sociais. Para a compreensão da imaginação moral da fronteira, cabe enfatizar os conceitos desenvolvidos no âmbito da antropologia. Segundo Faulhaber (2001), a abordagem antropológica do conceito de fronteira leva em consideração as implicações simbólicas, identitárias e culturais:

A acepção antropológica da fronteira como um “fato social total” considera, sobretudo, o terreno imaginário no qual se constitui. As representações sobre limites e a incorporação de aspectos considerados ainda não plenamente estruturados por forças impulsionadas a partir de um “centro” propulsor incluem-se nessa definição como faces de uma mesma moeda (FAULHABER, 2001, p. 108).

Nesse sentido, a fronteira trata-se de uma área espacial e simbólica mais ou menos definida, que varia de acordo com os contextos. Dessa maneira, por exemplo, se pode explicar que, em determinados ocasiões a fronteira seja equivalente a cidades gêmeas, em outras a Faixa de Fronteira e assim por diante. Portanto, é um conceito que incorpora os limites territoriais, neste caso entre os países de Brasil e Uruguai, mas também os diversos aspectos que a constituem e não são determinados a partir de centros propulsores, como, por exemplo, Brasília ou Montevideú. Cabe assinalar que, nessa abordagem, não se considera que identidades são constituídas opondo-se em círculos concêntricos a partir dos “centros”. Segundo Faulhaber (2001, p. 108), “antes de círculos, observam-se segmentos e uma rede de relações de oposição – manifesta ou virtual – em campos de força. Essas relações são baseadas na percepção da diferença entre categorias sociais”.

O presente trabalho se concentra sobre aqueles aspectos que estão relacionados a cultura, em suas diferentes acepções. Assim, junto a representação dos limites territoriais, a cultura e demais aspectos que constituem a fronteira, podem ser analisados como constituintes de segmentos e rede de relações em campos de força. Porém, assinalar os aspectos relacionados a cultura os põem em relevo fazendo com que a análise siga tal recorte. Por isso, a

fim de situar essa análise em relação as diferentes possibilidades oferecidas pela temática e seu respectivo campo de estudo, cabe observar outras pesquisas semelhantes que foram realizadas nessa mesma área de fronteira.

De acordo com Grimson (2005), um grupo de pesquisadores na segunda metade dos anos 1990 foi às fronteiras estatais com uma perspectiva aberta, que permitia detectar e compreender a multiplicidade e a mistura de identidades, bem como suas distinções e conflitos<sup>4</sup>. Os primeiros estudos mostravam que, cada zona fronteiriça no processo histórico de sua própria delimitação e, no processo social de renegociação e conflitos constantes, conjuga de um modo peculiar a relevância da ação estatal e da população local.

Na esteira desse grupo de pesquisadores, vale salientar uma pesquisa que foi realizada na porção territorial com maior concentração populacional em torno ao limite entre Brasil e Uruguai<sup>5</sup>. Segundo Sánchez (2002), nas cidades de Rivera e Santana do Livramento é comum seus habitantes se referirem a “linha” para indicar o limite geográfico entre Brasil e Uruguai. Muitas dessas pessoas são riverenses ou santanenses ou ambos (*doble chapas*) ou simplesmente ‘fronteiriços’. Em Santana do Livramento ou Rivera, de fato, quando se está na linha, entre um país e outro as mudanças são quase imperceptíveis. De modo geral, Sánchez (op. cit.) demonstra como a “linha” que separa os dois países converte-se em um lugar que os transforma em “cá” e “lá” e “este lado” e “outro lado” na vida cotidiana<sup>6</sup>. Algo semelhante também ocorre em outras partes do Brasil onde populações vivem nos limites nacionais, como é o caso da chamada

---

<sup>4</sup> Conforme o autor, essa perspectiva se definia por pensar desde as fronteiras, para romper com uma tradição na América Latina nas ciências sociais, que tem fortes características centralistas desde as grandes cidades.

<sup>5</sup> Santana do Livramento é o maior município brasileiro no limite com o Uruguai. O mesmo vale para vizinha cidade de Rivera pelo lado uruguaio. Os dados a seguir ajudam a ilustrar a representatividade dessa área: "segundo dados do IBGE (2007), o somatório da população residente nas cidades brasileiras relacionadas no Anexo Único do citado acordo [Acordo para a Permissão de Residência, Estudo e Trabalho na Fronteira Brasil-Uruguai] não ultrapassa os 180 mil habitantes, conforme discriminado a seguir: Santana do Livramento, 83.479 hab.; Santa Vitória do Palmar, 31.183; Jaguarão, 27.944; Quaraí, 22.552; Chuí, 5.278; Aceguá, 4.138; Barra do Quaraí, 3.776. Já do lado uruguaio, consoante o censo do *Instituto Nacional de Estadística* - INE (2004), contavam-se menos de 150 mil habitantes, distribuídos nas seguintes localidades: Rivera, 64.426 hab.; Artigas, 41.687; Rio Branco, 13.456; Bella Unión, 13.187; Chuy, 10.401; Aceguá, 1.493 (PUCCL, 2010, p. 74)."

<sup>6</sup> Segundo Sánchez (idem), as práticas relacionadas ao casamento, ao matrimônio, ao consumo e ao contrabando muitas vezes transcendem os limites imposto pelos Estados nacionais e são “inevitáveis”.

Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, que tem sido objeto de farta pesquisa (SPRANDEL, 2006; ALBUQUERQUE, 2009; RABOSSO, 2011; entre outros).

Cabe salientar, como nota Rabossi (2011) a respeito das áreas de tríplice fronteira, o que faz esses lugares deixarem de ser apenas pontos cartográficos para se tornarem regiões ou aéreas de fronteira é a ocupação humana. Rabossi (2011) também lembra que no caso da América Latina a presença de população é decorrente dos próprios limites internacionais, em que as cidades são fundadas em um contexto mais amplo de ocupações e conexões. É importante não perder de vista esse contexto mais amplo, face dois tipos de essencialismos que se sustentam nas metáforas de “união” e, em particular a “travessia”, os quais ganharam “*widespread acceptance, both academically and politically, in places as distant as the U.S.–Mexico border and different Mercosur frontiers* (GRIMSON e VILA, 2002, p. 69)”.

De um ponto de vista histórico, Grimson (2012) cunha o termo “*borderization*” para se referir ao processo histórico em que os elementos que compõem a fronteira são formados, pela interação do poder central com as populações locais, e também, desde uma perspectiva sociocultural, no qual a fronteira nunca é um “fato” mas permanece sempre instável e inacabada. Para ele, esse processo teve um estágio territorial, que remonta ao período que vai da assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494 até a consolidação dos estados-nação no início do século XX, um estágio de povoamento das fronteiras a partir dos anos 1930 e outro mais recente de integração regional a partir de meados dos anos 1980, com a criação do Mercosul e a globalização nos anos 1990. Segundo Grimson (2012):

*Today states are focused not on territory or populations but rather on cross-border trade. Interstate struggle can therefore manifest itself in strategies to maximize a state’s exporting capacity while limiting that of its neighbors. This can affect not only cross-border movements, but also the sense in which the border is viewed* (GRIMSON, 2012, p. 197).

Diante disso, pode-se observar que, a Agenda Binacional de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço aprovada por Brasil e Uruguai em 2002, assim como as iniciativas que se seguiram (ver notas 1 e 3), são em alguma medida a contracorrente desse processo histórico. Cabe analisar como se dão efetivamente

tais iniciativas. O início da pesquisa apresentada neste artigo, deu-se com a observação das maneiras como em distintas situações a fronteira era constantemente tematizada e vivenciada. Em especial, foram realizadas observações em eventos presentes no Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguaí e, sobretudo, em atos políticos ocorridos ou não na “Faixa de Fronteira”.

Nesse sentido, observou-se ao mesmo tempo a promoção da “diversidade cultural” na fronteira (“Faixa de Fronteira”, para efeitos de eventos e políticas correspondentes) por agentes sociais que tem distintas formas de vivência nela. Os contornos dessa promoção, quando tomavam um contorno de crítica, afirmavam um descontentamento com as decisões sobre leis, políticas e programas tomadas nos centros de decisão distantes das realidades das fronteiras. Realidade para a qual soluções locais estariam sendo buscadas, enquanto os conflitos seriam gerados por decisões nos âmbitos nacionais. Seriam formas de dar conta da negligência de que são objeto por parte de governos nacionais de Brasil e Uruguai, os quais de alguma forma intervêm em sua fronteira comum, muitas vezes sob a justificativa da integração regional do Cone Sul da América do Sul, por meio de diferentes acordos, políticas, eventos e programas.

Essas questões estão relacionadas a um debate mais geral, identificado por pesquisadores em outros contextos. Trata-se de outra vertente da abordagem antropológica sobre o conceito de fronteira. Heyman e Symons (2012), a partir de pesquisas sobre a fronteira entre México e Estados Unidos, lembram que há um paradoxo no coração das democracias liberais, entre reivindicação de autodeterminação soberana e princípios universais de direitos humanos. Para melhor compreender esse paradoxo, eles propõem que se faça uma distinção entre regiões de fronteira empíricas e “fronteira” imaginada no interior nacional a partir de uma abordagem que considera a moral existente nessas distinções<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> De modo semelhante, Fassin (2011) distingue entre *borders* (fronteiras) e *boundaries* (limites), com o intuito de assinalar a articulação entre o exterior e o interior dos Estados nacionais. Fassin (idem) propõe a abordagem da governamentalidade, que tem como foco não o poder dos Estados nacionais, mas os limites de suas representações ideais-típicas de coerência, imparcialidade e efetividade, ao mesmo tempo em que demonstra suas ilegalidades e ilegitimidades e parcialidades e ineficiências, afirmando a funcionalidade dessas aparentes disfunções. Tal abordagem talvez seja pertinente para a compreensão do fenômeno analisado neste artigo, no entanto, como será apontado adiante, faltam evidências empíricas para tanto.



Segundo Heyman e Symons (op. cit.), as práticas que se dão nas fronteiras são moralmente plurais e frequentemente obscurecidas, enquanto a imaginação moral a distância é frequentemente baseada em uma ideia (frequentemente simples e inequívoca) sobre “a fronteira”. Porém, sugerem eles, “a fronteira” opera como um símbolo fortemente evocativo, altamente condensada e singular enquanto nas experiências de travessias as pessoas agem e pensam moralmente de maneiras diversas. Por isso, o simbolismo da fronteira existe também nas regiões de fronteira, contribuindo para dar forma às práticas na fronteira. Vários tipos de relacionamentos surgem da prática nas fronteiras (comércio, trabalho/emprego, educação, família, amizade, etc.), os quais os autores propõem compreender da seguinte forma:

*Being tied to other persons does and should impose a set of correlated obligations on their participants. While arguably all humans should have fundamental moral equivalence, in practical terms the persons to whom we owe moral equivalence are the ones with whom we have active relations. (...). This is neither bounded by preexisting nation-state membership nor is it just a theoretical global equivalence between people who do not actually have relations. Seen as an emergent moral framework, relevant agents, duties, and moral goods begin to be defined. (HEYMAN e SYMONS, 2012, p. 552).*

Nesse sentido, “a fronteira” enquanto símbolo transforma a área de fronteira em um ponto a partir do ou para o qual convergem diferentes atores sociais quando se trata de “cultura” ou de “política cultural”. Sendo, assim, argumenta-se que em alguma medida os ativistas culturais contribuem para a materialização da linha política que delimita os territórios nacionais. Como diz Green (2010, p. 268), “border as line is not a literal line but a political line that equates to a conceptual and infinitesimally thin location”. Com isso, estes agentes sociais tornam clara a linha que delimita o território de ambos os países, pois transformam em narrativas as práticas de cruzamento da fronteira, ajudando assim ao entendimento de sua existência no cotidiano das pessoas. Cabe aqui o argumento de Green, segundo o qual fronteiras

*(...) are generated by people who are informed in their practices by notions of what constitutes border, and in historically changing conditions where these theories and the people who think them are not alone in the world, and so their efforts might or might not turn out in the way intended (GREEN, op. cit., p. 261).*

Por outro lado, a fronteira não é tão somente “performatizada” em linhas político-culturais, mas também faz parte da vida das pessoas de distintas maneiras. Para isso, cabe observar a sugestão de Velho (2008), de que seja revista a antropologia feita no Brasil (por brasileiros). Ele lembra a profunda relação da antropologia no Brasil com a construção da nação e acrescenta que essa antropologia também é neo-orientalista. Dessa maneira, pretende-se fugir da restrição e essencialização que implica a construção da nação (ou do bloco regional). Com isso, pretende-se contribuir com uma análise mais antropológica, que, citando Goldman (2007) é o “esforço para observar fenômenos que tendemos a classificar como culturais ou políticos ‘do ponto de vista do nativo’, que pode ter como um de seus efeitos a desestabilização das categorias dominantes entre nós” (GOLDMAN, 2007, p. 5). Em sintonia com aquilo que Velho propõem, Goldman observa que categorias como cultura e identidade são insuficientes para dar conta da micropolítica, das subjetividades envolvidas em fenômenos como esse e as próprias concepções sobre cultura, identidade e política em jogo.

### **“Fronteras Culturales”**

A pesquisa começou no segundo semestre de 2014. Em Porto Alegre encontrei Ricardo Almeida, militante da cultura de fronteira. Eu sabia que ele trabalhava no governo estadual, à época sob o mandato de Tarso Genro. Seria óbvio que ele estivesse lotado na Secretaria de Cultura, mas, não, sua área de especialidade são as tecnologias de informação e era com isso que ele trabalhava no governo. Ricardo fazia parte de uma equipe da Secretaria de Planejamento, com responsabilidades junto ao sistema informacional de participação popular na definição orçamento estadual. Ele, de fato, atuava enquanto um militante, sem vínculo direto com as ações do governo estadual em torno a cultura na fronteira entre Brasil e Uruguai. Esse primeiro contato foi feito através de Izabel, coordenadora da pesquisa a que minha bolsa de pós-doutorado estava vinculada. Como era previsto que eu trabalharia com a cultura e identidade na fronteira entre Brasil e Uruguai, ela o indicou como a pessoa certa com quem eu deveria falar.

De acordo com Izabel, ele era um militante de um movimento, que seria o “*Fronteras Culturales*”, o qual estava envolvido na promoção de parcerias culturais entre Brasil e Uruguai em suas fronteiras<sup>8</sup>.

Ricardo destacava o ano de 2009 como importante a cultura de fronteira, pois Santana do Livramento foi declarada cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul. Para contar-me a trajetória que levou ao Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguai, também relatou-me a aprovação do projeto de pontos de cultura pelo Parlasul e o Sistema de Cultura do MINC, que englobaria municípios, estados e a federação. O movimento “*Fronteras Culturales*”, no qual ele tinha sido participante, buscava a integração cultural por meio de ações que visavam o alinhamento de políticas entre união, estados e municípios, a elaboração de editais, a capacitação de agentes locais e a ênfase da singularidade das fronteiras nos acordos políticos.

Antes de encontrá-lo, eu supunha que “*Fronteras Culturales*” era um movimento organizado, um tipo de associação com regras de adesão e funcionamento sistemático. Isso foi uma idealização que pode ser debitada a ideia de “movimento cultural” como algo homogêneo, com objetivos claros e funções definidas para seus membros, associada mais as características dos movimentos sociais tradicionais. No entanto, quando o encontrei fui surpreendido pelo caráter não organizado de “*Fronteras Culturales*”, que de fato teve uma curta existência e, por sua forte e organizada militância individual.

Ricardo era o único remanescente do movimento e articulava praticamente sozinho o Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguai. Nesse primeiro encontro, ele enfatizou várias vezes que não pretendia continuar fazendo isso e esperava que o Comitê de Prefeitos e Intendentes de Cidades da Fronteira pudesse o fazer sem ele. Sua esperança era depositada em três critérios a serem

---

<sup>8</sup> No primeiro semestre daquele ano, antes de eu ser indicado como bolsista de pós-doutorado, ocorreu o 2º Seminário Internacional Maioridade do Mercosul: Discutindo Fronteiras, entre os dias 12 a 14 de março de 2014 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e foi promovido pela Assessoria de Assuntos Internacionais e Interinstitucionais (AAII) e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, *Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de La República* (Udelar) e a Assessoria de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A professora Izabel Mallmann era uma das coordenadoras desse Seminário. Nessa ocasião Ricardo apresentou um relato no qual abordava o movimento “*fronteras culturales*”, a partir do qual Izabel me sugeriu conhecê-lo.

preenchidos para a inclusão e permanência de eventos, os quais seriam importantes bases para a gestão do Calendário: 1) Não pode ser na fronteira, tem que ser de fronteira. Por exemplo, a semana farroupilha não é de fronteira; 2) Deve gerar trabalho e renda para os trabalhadores da cultura; 3) Deve contar com a presença de Uruguaios e Brasileiros. A noção de fronteira associada a produção cultural que Ricardo estava mobilizando ou ativando, se referia a uma fronteira cultural geograficamente localizada, geradora de trabalho e ativação econômica, e que é construída a partir da mistura das duas identidades nacionais legalmente constituídas como são as cidadanias. Além do Calendário, no qual governos municipais, estadual e federais se envolveram de distintas formas, nesse horizonte estavam ações governamentais diversas, as quais estiveram muito próximas de serem concretizadas.

Cabe observar que Ricardo e outros militantes participaram de mobilizações que foram importantes para acordos, políticas e eventos realizados pelo governo federal do Brasil, junto com seus homônimos na Cone Sul da América do Sul, que aconteceram nos anos de 2009 e 2010<sup>9</sup>. No entanto, eles não estavam diretamente vinculados a um Ministério ou outro órgão especificamente responsável por tais medidas. Eram autodenominados militantes da cultura de fronteira, que se encontravam em diferentes postos junto ao executivo ou legislativo, em Brasília ou em outras cidades, participando de mobilizações que estão relacionadas a fatos importantes no tocante a incorporação de noções ligadas a cultura nesses acordos, eventos e políticas governamentais. Como o próprio Ricardo descreve, “um grupo de militantes culturais fronteiriços iniciou um processo de intensas mobilizações envolvendo ministérios, prefeitos, intendentes, alcaides, agentes e as organizações culturais dos dois países” (ALMEIDA, 2015, p. 217)<sup>10</sup>.

Conforme o relato de Ricardo, pode se observar uma trajetória de mobilizações que culminaram com a criação do movimento “*Fronteras Culturales*”. No ano de 2010 foram realizadas reuniões periódicas e seminários paralelamente a visita de autoridades, com destaque para as presenças na fronteira dos

---

<sup>9</sup> Ver nota 3.

<sup>10</sup> O relato de Ricardo, assim como os demais textos apresentados no seminário mencionado na nota 7, foi publicado em livro (ver MALLMANN e MARQUES, 2015).

presidentes Lula e Mujica. Com a eleição de Dilma para o governo federal em 2010, foram desarticuladas estruturas de governo nas quais aqueles militantes atuavam e o próprio movimento perdeu sua dinâmica. No entanto, nessa mesma eleição Tarso Genro foi eleito para o governo do estado do Rio Grande do Sul e Ricardo passou a compor o governo. A partir de então, ele atuou na fronteira como representante do Comitê Binacional de Intendentes e Prefeitos de Fronteira. Nesse contexto, foi o articulador do Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguai, que ocorreu em 2014, mesmo ano em que Genro foi derrotado em sua tentativa de reeleição.

Em certo sentido, o movimento “*Fronteras Culturales*” teve continuidade em um movimento cultural conformado por componentes heterogêneos e objetivos em constante definição. Comecei a presenciar essa dinâmica em setembro de 2014. Ricardo me convidou para uma reunião na qual seria entregue um “Manifesto Cultural da Fronteira Brasil-Uruguai”. Esse Manifesto foi assinado por algumas dezenas de artistas, produtores, gestores públicos e militantes. Foi entregue para Juca Ferreira, que coordenava a área da cultura da campanha da candidata à reeleição à presidência da república Dilma Rousseff. Juca Ferreira teve uma reunião em particular com cerca de vinte ou trinta pessoas para tratar da questão da fronteira. O Manifesto recuperava uma série de acontecimentos, desde a declaração de Santana do Livramento como “cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul” em 2009 até o III Seminário da Integração Cultural que aconteceu em junho de 2014 em Jaguarão e, além disso, fazia demandas diversas.

Menos de um ano depois, o então Ministro da Cultura Juca Ferreira, estaria em Jaguarão para uma reunião muito maior. Dessa vez, o Ministro da Cultura foi acompanhado pela Ministra de Educação e Cultura do Uruguai Maria Julia Muñoz, da presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Jurema Machado, entre outras autoridades. E, claro, lá estava Ricardo, o grande responsável por tudo isso, caso exista algum.

Esse dia foi o coroamento de uma série de esforços em torno da cultura na fronteira. Não apenas os esforços de Ricardo. Enquanto eu esperava a chegada do Ministro na porta de acesso ao Auditório da Biblioteca Pública de Jaguarão

conheci e revi várias pessoas que chegavam para o encontro com o Ministro. Muitas delas conheci em uma viagem realizada com Ricardo para Santana do Livramento, Rivera, Quaraí, Artigas e Bagé, onde pude acompanhá-lo em uma série de reuniões em torno da articulação do Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai. Também as conheci durante o Festival Internacional de Cinema em Bagé e em debates promovidos na Sala P.F. Gastal e na Feira do Livro em Porto Alegre para o lançamento do filme “A linha imaginária”, que trata da fronteira entre Brasil e Uruguai. O panorama que se apresentava continha uma certa quantidade de pessoas que se reuniam numa ocasião excepcional. Elas mantinham algo em comum, que as ligava a cultura e a fronteira, por mais vago que pudesse ser seu compartilhamento.

Nessa reunião com os Ministros da Cultura de Brasil e Uruguai, pude acompanhar a reafirmação de algumas demandas que estavam presentes no manifesto entregue a Juca Ferreira antes de ele ser Ministro. Na entrada do Auditório da Biblioteca Pública de Jaguarão, enquanto aguardava os Ministros da Cultura de Brasil e Uruguai, conheci Enrique Mazzei, professor de sociologia da UDELAR que vinha de Cerro Largo e, também, Adriana Dorffman, professora de geografia da UFRGS, que foi de Porto Alegre. Naquele momento estavam ali como eu e tantos outros preenchendo o espaço reservado à plateia de um ato público. Enquanto conversava com professores da UNIPAMPA de Jaguarão, os quais acabava de conhecer, chegou nos cumprimentando um senhor que posteriormente fui saber tratar-se do presidente do Clube Negro de Jaguarão. Durante o ato, ele falou enfaticamente ao Ministro sobre a importância do Clube para a população negra na cidade e o preconceito que estavam sofrendo. Revi Rafael Andreazza da Moviola Filmes de Pelotas, um dos realizadores do filme "Linha Imaginária". Rafael chegou com um sorriso aberto contagiante e eu senti que naquele dia ele me cumprimentava diferente. Junto com ele também chegava o Zeca Brito, com quem eu ainda não havia conversado pessoalmente, mas que já havia visto em outros lugares. Naquele dia estava vestido de terno, parecendo-me preparado para impressionar.

O vínculo de identidade mais óbvio entre todas essas pessoas é a conformação de um bloco local perante a autoridade Brasília. Para essa

autoridade foram dirigidas demandas a respeito de leis, políticas e programas com efeitos locais. Para além dos diversos tipos de relacionamentos que se estabelecem na prática na fronteira (comércio, trabalho/emprego, educação, família, amizade, etc.), se destacava o simbolismo dela. Desse modo, emprestava-se ao símbolo uma força heterogênea, socialmente distribuída entre aqueles que lá estavam.

Naquela mesma manhã eu já tinha conhecido um grupo de responsáveis pelos Centros MEC, de cidades uruguaias relativamente próximas a Jaguarão. Os centros MEC são espaços educativos e culturais que decentralizam a ação do Ministério da Educação e Cultura do Uruguai. Também vi um escritor de "Riveramento" como ele disse, vi outras pessoas que eu conhecia ou revia, dentre as quais o Canabarro, Secretário de Cultura de Santana do Livramento, o Lizandro, professor do IFRS de Bagé e participante do Ponto de Cultura Pampa Sem Fronteiras. Enfim, eram muitas pessoas que se cruzavam por lá. A espera durou um tempo que eu não soube calcular, entre o intervalo do almoço e o começo do ato com o Ministro. Eram pessoas chegando, se cumprimentando, conversando e o Ministro por chegar.

Dessa maneira, conformava-se um conjunto que colocava face a face um conjunto de pessoas do local e o então Ministro da Cultura do Brasil, além de sua congênere uruguiaia, entre outras autoridades, que figuravam como convidados. O Ministro ouviu pacientemente a vários depoimentos. Todos eles expressavam a pulsação daquelas pessoas que provinham de diferentes cantos e de manifestações político-culturais. De Jaguarão ele ouviu os profissionais das políticas culturais (um professor e uma aluna da UNIPAMPA), a filha de santo da religião afro, o presidente do clube negro, entre outros. De Bagé ouviu representantes do Ponto de Cultura Pampa Sem Fronteiras. De Pelotas ouviu o Rafael. De Porto Alegre ouviu o presidente do Conselho Estadual de Cultura e o próprio Ricardo. O Ministro ficou tocado, dava para perceber que ele estava inclinado a tornar-se um parceiro ainda mais forte daquelas pessoas, dentre as quais eu mesmo, mobilizados pela "cultura da fronteira".

## **O Calendário**

A reunião com os Ministros em Jaguarão põe em tela a diversidade cultural da fronteira entre Brasil e Uruguai. Diversidade essa que era o foco de outra iniciativa na qual Ricardo esteve à frente e aconteceu no ano anterior. O Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai objetivou promover “as ações de convivência, cooperação e intercâmbio artísticas e culturais que configuram um corredor cultural e turístico e revelam toda a singularidade e a diversidade da região da fronteira”<sup>11</sup>. A “diversidade cultural” foi destacada no Calendário como algo a ser reconhecido, vivenciado e divulgado para além do “turismo de compras” e da “cultura ‘pampeana’”<sup>12</sup>. Foram definidos critérios para os eventos serem incluídos no Calendário, dentre os quais no lado brasileiro ocorrerem em municípios na Faixa de Fronteira.

Cabe observar que a diversidade foi aliada a uma noção de Integração Cultural. Em alguma medida, essa noção levaria a institucionalização de diferentes formas de eventos considerados culturais. O teor dela, de acordo com a formulação de Ricardo, seria bastante objetivo no que diz respeito aos eventos. Cabe retomar os três critérios anteriormente mencionados: não basta acontecer na fronteira, tem que ser de fronteira; gerar trabalho e renda para os trabalhadores da cultura; e, por fim, contar com a presença de uruguaios e brasileiros. No entanto, tal objetividade parece depender de referências subjetivas, destacadamente aquelas provenientes de instâncias mais abrangentes como o Mercosul. Um indício disso foi a realização da reunião com os Ministros de Cultura de Brasil e Uruguai no Auditório da Biblioteca Pública no mesmo dia em que a Ponte Internacional Barão de Mauá foi declarada o primeiro Patrimônio Cultural do Mercosul. Ela conecta Brasil e Uruguai por meio dos municípios de Jaguarão e Rio Branco. Por isso, foi possível depois da reunião que, os Ministros e boa parte dos que estávamos lá presentes, nos deslocássemos até ela. Atravessamos

---

<sup>11</sup> Disponível em [https://www.facebook.com/integracaoculturalbrasiluruguai/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/integracaoculturalbrasiluruguai/info?tab=page_info) – Acesso em 06/04/2015.

<sup>12</sup> “A faixa de fronteira Brasil-Uruguai é conhecida por ser um importante destino do turismo de compras e por preservar a cultura “pampeana”. No entanto, este território também possui uma diversidade cultural que pode ser percebida na mistura de rostos, de sotaques, ritmos, paisagens e sabores. Tudo isso está representado nos eventos que formam o Calendário da Integração Cultural 2014. Experiências que merecem ser reconhecidas, vivenciadas e divulgadas”. Disponível em [https://www.facebook.com/integracaoculturalbrasiluruguai/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/integracaoculturalbrasiluruguai/info?tab=page_info) – Acesso em 06/04/2015.



a Ponte até a aduana uruguaia, onde as autoridades máximas dos dois países presentes naquele momento descerraram uma faixa que cobria uma placa indicativa, simbolizando o reconhecimento oficial de um bem cultural do Mercosul.



FIGURA 01: Ministro da Cultura do Brasil, Juca Ferreira e Ministra de Educação e Cultura do Uruguai, Maria Julia Muñoz. 30/05/2015. Foto do autor.

Eu cheguei a Jaguarão no dia anterior. Reservei o dia para conhecer a cidade, especialmente seus patrimônios históricos. Cruzei a Ponte que seria oficialmente reconhecida como Patrimônio Cultural do Mercosul no dia seguinte. Em solo uruguaio, quando já me preparava para adentrar à rua dos *free shop*, avistei um pequeno pedestal com uma placa, escrita em espanhol e inglês, no qual se poderia ler o significado histórico da Ponte. Aquele pedestal acabava de ser colocado ali; a terra ao seu lado estava remexida e uma escora o apoiava. Ambas eram as marcas da comissão do patrimônio do Mercosul, que estava reunida em Jaguarão durante aquela semana.

Era essa a fronteira cultural que me falava Ricardo, foi uma das conclusões que cheguei durante esse dia. Parecia um tanto óbvio demais, mas, enfim, essa era uma ideia que me parecia plausível. Ao voltar para Jaguarão, quando estava já deixando a Ponte avistei um galpão com a inscrição “Centro de Comércio Informal”. Parei para fotografar e fiquei intrigado com um contêiner que estava ao lado. Ele não parecia estar lá por acaso. Ademais, nele podiam se contemplar várias pinturas que significavam alguma coisa. Isso também seria a fronteira cultural, perguntava-me.



FIGURA 2: “Centro de Comércio Informal” e contêiner ao lado da Ponte Internacional Barão de Mauá em Jaguarão. Foto do autor.

Entre o Centro e o contêiner funciona o Sindicato dos Pescadores de Jaguarão. Lá conheci Olimar, pescador sindicalista e estudante de Produção Cultural da Unipampa. Segundo ele, o contêiner seria usado em uma pesquisa na Universidade, mas acabou sendo levado para lá onde teve um destino diferente. O Sindicato havia firmado um convênio com os Ministérios da Pesca e da Educação para instalar computadores com acesso à internet. Assim como ele se apresentou a mim, também me apresentei a ele, lhe falando sobre meus vínculos institucionais. O título de um dos projetos de pesquisa que mencionei (“Impactos...”) foi o mote para uma reflexão de Olimar sobre a vida na fronteira. Em linhas gerais, ele disse que a questionou falar de impactos ou convivência. Ele preferia falar de convivência. Segundo ele, esta não era uma escolha, exemplificando com o fato de os pescadores brasileiros e uruguaios se encontrarem no dia a dia, mas terem de respeitar as leis soberanas de cada país quando estão no rio. Para concluir disse: “o peixe não tem bandeira”. Heyman e Simons (2012) faziam sentido, com a distinção entre fronteira empírica e “fronteira” imaginada no interior nacional.

Guardei para mim as reflexões de Olimar, sem saber muito bem o que fazer diante delas e daquelas que ouvia de Ricardo. Reencontrei com este último naquele mesmo dia a noite, na reunião do Conselho Municipal de Cultura. Essa reunião tinha como fim preparar seus integrantes. Junto com Ricardo estavam presentes o presidente do Conselho Estadual de Cultura Neidmar Charão e dois conselheiros, um deles o músico e radialista Demétrio Xavier. Ricardo abriu a reunião também falando de convivência. Dizia ele, “amanhã vem o Ministro e muita gente. Uma grande mobilização. Eles querem conhecer a nossa

convivência na fronteira. Por isso é importante reforçar isso. Porque pra quem vem de Brasília é tudo diferente. Pra nós aqui é normal”.

Os pescadores brasileiros e uruguaios que se encontram no dia a dia e compartilham as águas nas quais labutam faz lembrar como em Santana do Livramento e Rivera, a “linha” que separa Brasil e Uruguai converte-se em um lugar que os transforma em “cá” e “lá” e “este lado” e “outro lado” (SÁNCHEZ, op. cit.). Conforme apontado anteriormente, essa convivência tem um valor nas mobilizações políticas dos ativistas culturais, ao ser transformado em um conjunto diante de uma autoridade federal. Dessa maneira, pode-se dizer que a “linha” (ou mesmo a “fronteira”) foi reconvertida nesse processo.

Processo esse que pode ser compreendido como parte de uma dinâmica recente de relação entre “formas de produção cultural” e “modos de fazer política”. Essa dinâmica foi estudada por uma colega, que afirma tratar-se de “uma nova configuração nas formas de produção cultural brasileira (IRISARRI, 2015, p. 169)”. Segundo essa colega:

(...) as mudanças nas concepções de cultura e as práticas que a envolvem indicam que atualmente ela é não só um espaço estético vinculado aos julgamentos do gosto, mas sim um âmbito de emprego, de desenvolvimento de uma carreira, de engajamento político e de criação de modos de vida. Estas concepções se afastam das ideias românticas da arte que se consolidaram na sociedade moderna, que associam a figura do artista à de um gênio, ao talento e à personalidade carismática, para aproximarem-se cada vez mais de concepções mundanas que se vinculam aos modos de ganhar a vida e de engajar-se com a política. (IRISARRI, 2015, p. 171).

Analisar os desdobramentos dessa nova configuração no contexto da fronteira entre Brasil e Uruguai envolve observar o fato de ser área limítrofe, onde a posição dos Estados nacionais adquire caráter particular, ao mesmo tempo em que fornece certa matéria-prima para a produção cultural regional.

## **Conclusões**

Em 2002 foi a Agenda Binacional de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, aprovada por Brasil e Uruguai. Essa agenda pôs em prática o Acordo de Permissão de Residência, Estudo e Trabalho para Fronteiriços; o Comitê Binacional de Intendentes e Prefeitos de Fronteira em 2004 e a Comissão Bilateral

de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva, em 2010. Diante desse contexto ações específicas para a área da cultura têm sido promovidas nos últimos anos, dentre as quais destaca-se a aprovação da declaração de Santana do Livramento cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul em 2009, o Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguai em 2014 e mais recentemente a declaração da Ponte Internacional Barão de Mauá entre Jaguarão/BR e Rio Branco/UY o Primeiro Patrimônio cultural do Mercosul.

O Calendário procura fazer com que seus eventos demarquem uma diferença em relação a inserção da fronteira entre Brasil e Uruguai nos circuitos de consumo globais (“turismo de compras”). Do mesmo modo, demarca uma diferença com o tradicionalismo gaúcho (“cultura pampeana”). Portanto, a mensagem passada no Calendário diz que faz-se necessário valorizar a “diversidade cultural” da fronteira, o que não inclui o “turismo de compras” (e os *free shop*, respectivamente) e a “cultura pampeana”.

Muitos ativistas culturais que estiveram envolvidos com o referido Calendário no ano de 2014, também o estiveram com outras mobilizações naquele ano e em 2015. Essas mobilizações ajudam a constituir o teor do que se entende por integração cultural. Para muitos ativistas, trata-se de eliminar os impedimentos para a livre circulação de artistas, escritores e outros agentes da cultura. Cabe aqui retomar a distinção teórica entre regiões de fronteira empíricas e “fronteira” imaginada no interior nacional (HEYMAN e SYMONS, 2012). Essa distinção é pertinente para discutir articulações políticas em torno da “cultura de fronteira”. Isto é, a ideia de uma “cultura de fronteira” que surge nas iniciativas culturais na fronteira visa articular diferentes agentes em torno de ações voltadas ao processo de “*borderization*” (GRIMSON, 2012).

## Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos 'brasiguaios' entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, v. 31, p. 137-166, 2009.
- ALMEIDA, R. Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai: uma experiência. In: MALLMANN, M. I.; MARQUES, T. C. S. (Org.). **Fronteiras e relações Brasil-Uruguai**. 1ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, v., p. 215-236.

FASSIN, D. Policing Borders, Producing Boundaries. The Governmentality of Immigration in Dark Times. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 40, 2011, p. 213-226

FAULHABER, P. Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema. **BIB**, São Paulo, n.º 51, I o semestre de 2001, pp. 105-125

GOLDMAN, Marcio. Políticas e Subjetividades nos “Novos Movimentos Culturais”. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 9, n. 1, 2, 2007, p. 8-22.

GREEN, Sarah. Performing border in the Aegean: On relocating political, economic and social relations. **Journal of Cultural Economy**. Volume 3, Issue 2, 2010.

GRIMSON, A.; VILA, P. Forgotten Border Actors: the Border Reinforcers. A Comparison Between the U.S.–Mexico Border and South American Borders. **Journal of Political Ecology**, Vol. 9, 2002, p. 69 – 88.

GRIMSON, A. Fronteiras, Estados e Identificaciones en el Cono Sur. In: MATO, D. **Cultura, Política y Sociedad**: perspectivas latinoamericanas. CLACSO, 2005, p. 127-142.

GRIMSON, A. A Nations, Nationalism and “Borderization” in the Southern Cone. In: WILSON, Thomas M. and DONNAN, Hastings (eds). **Companion to Border Studies**. Hoboken, NJ, USA: Blackwell Publishing, 2012, p. 194- 213.

HEYMAN, J. M. and SYMONS, J. Borders. In: FASSIN, Didier (Ed.). **A companion to moral anthropology**. John Wiley & Sons, Ltd, Chichester, UK, 2012, p. 540- 557.

IRISARRI, V. **Fora do Eixo, dentro do mundo**: Política, mercado e vida cotidiana em um movimento brasileiro de produção cultural. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

MALLMANN, M. I.; MARQUES, T. C. S. (Org.). **Fronteiras e relações Brasil-Uruguai**. 1ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

PUCCI, A. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai**. Brasília: FUNAG, 2010.

RABOSSI, F. Como pensamos a Tríplice Fronteira? In: Lorenzo Macagno; Silvia Montenegro; Verónica Giménez Béliveau. (Org.). **A Tríplice Fronteira**: espaços nacionais e dinâmicas locais. 1ed.Curitiba: Editora UFPR, 2011, v. 1, p. 39-61.

SÁNCHEZ, A. Q. **A fronteira inevitável**: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese (Doutorado). PPGAS/UFRGS. 2002.

SPRANDEL, M. A. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Estudos avançados**. 2006, vol.20, n.57, p. 137-156.

VELHO, Otávio. A antropologia e o Brasil, hoje. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, n 66, 2008, p. 5-9.